

Sumário

Prefácio.....	XIII
1. Introdução.....	1
2. Elementos de teoria do direito.....	5
2.1. Do positivismo ao pós-positivismo: normatividade dos princípios e sua aplicação para a resolução de casos difíceis	5
2.2. A compreensão dos direitos fundamentais no jusnaturalismo e no positivismo	12
2.3. O direito como integridade na interpretação dos direitos fundamentais e na solução de casos	18
2.4. Delimitação do objeto de estudo	27
3. O federalismo fiscal cooperativo e as limitações às concessões de incentivos fiscais de ICMS	29
3.1. O federalismo fiscal e o federalismo cooperativo no Brasil.....	29
3.2. As limitações às concessões de benefícios fiscais de ICMS como decorrentes do equilíbrio federativo e do modelo de federalismo cooperativo	40
3.2.1. Alcance da Regulamentação Constitucional: “Benefícios e Incentivos Fiscais”	45
3.2.2. As limitações à concessão de benefícios fiscais de ICMS com fundamento no equilíbrio federativo fiscal. O combate à “Guerra Fiscal”	53
3.2.3- Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a Guerra Fiscal do ICMS	60
4. Relações da tributação com os direitos fundamentais	73
4.1. As receitas tributárias como financiadoras das políticas de promoção dos direitos fundamentais	73
4.1.1. Justiça Distributiva, Tributação e Direitos Fundamentais	73
4.1.2. A atividade financeira do estado: a tributação como fonte de financiamento das necessidades públicas	87

4.2. As limitações constitucionais ao poder de tributar e os direitos fundamentais	96
4.3. As relações entre benefícios fiscais e direitos fundamentais	104
4.3.1 Os benefícios fiscais e as cautelas impostas pelas normas de direito financeiro	104
4.3.2. Os benefícios fiscais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais: análise perante as teorias da justiça....	113
4.3.3. A extrafiscalidade voltada à efetivação de Direitos Fundamentais	119
4.4. O desenvolvimento e benefícios fiscais de ICMS.....	125
4.4.1. O desenvolvimento como Direito Fundamental e objetivo geral da República: relações com os Direitos Fundamentais	125
4.4.2. O desenvolvimento e os incentivos fiscais: compatibilização com os direitos Fundamentais	130
5. A prevalência dos benefícios fiscais unilaterais de ICMS quando voltados à efetivação dos direitos fundamentais	137
5.1. Flexibilização da regra da unanimidade para a concessão de incentivos fiscais de ICMS pelos estados e pelo Distrito Federal ...	137
5.2. Compatibilização da tributação pelo ICMS e das limitações à concessão de benefícios fiscais de ICMS em face dos direitos fundamentais.....	144
5.3. Análise de algumas leis estaduais concessivas de benefícios fiscais de icms e convênios do CONFAZ	158
5.4. Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O papel do STF na verificação da constitucionalidade das leis estaduais concessivas de benefícios fiscais de ICMS que visem a proteção de direitos fundamentais.....	164
6. Conclusões	177
Referências bibliográficas	181